

SUMÁRIO

PARTE I ASPECTOS CONCEITUAIS

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO.....	3
1.1 Processo Judicial Previdenciário e ação previdenciária	3
1.2 Princípios do Processo Judicial Previdenciário.....	8

PARTE II ASPECTOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 2 - DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	27
2.1 Legitimidade	27
2.1.1 Legitimidade ativa: segurados/dependentes.....	27
2.1.1.1 Litisconsórcio ativo.....	30
2.1.1.2 Sucessão do polo ativo.....	32
2.1.2 Legitimidade passiva: INSS.....	33
2.1.3 Litisconsórcio passivo	35
2.2 Capacidade e representação processual	36
2.3 Atos processuais	39
2.3.1 Comunicação dos atos processuais	39
2.3.2 Prazos.....	41
2.3.3 Custas.....	42
2.4 Do processo e do procedimento.....	42
2.4.1 Petição inicial	48
2.4.1.1 Do pedido	51

2.4.1.2	Improcedência liminar do pedido	55
2.4.2	Citação	57
2.4.3	Condições da ação	58
2.4.3.1	Interesse de agir: o prévio requerimento administrativo e o princípio constitucional do acesso à justiça	58
2.4.3.2	Carência de ação por perda superveniente de objeto: concessão administrativa de benefício ...	64
2.4.4	Prescrição e decadência.....	65
2.4.4.1	Decadência.....	65
2.4.4.2	Prescrição.....	69
2.4.4.3	Aspectos processuais em torno da decadência e da prescrição	71
2.4.5	Tutela provisória	73
2.5	Contestação.....	81
2.6	Valor da causa	83
	Jurisprudência.....	87

CAPÍTULO 3 – DA COMPETÊNCIA..... 91

3.1	A competência para processar e julgar matéria previdenciária definida na Constituição Federal de 1988.....	91
3.2	Competência subsidiária da Justiça Estadual em matéria previdenciária	94
3.3	Competência subsidiária da Justiça Estadual para o julgamento do benefício da assistência social.....	97
3.4	Competência para julgar matéria relativa a acidentes de trabalho.....	99
3.5	Competência dos Juizados Especiais Federais.....	104
3.6	Competência para julgar temas de Direito de Família com reflexos previdenciários.....	107
3.6.1	Competência para julgar questões sobre Registros Públicos com reflexos previdenciários.....	110
3.7	Competência para julgar temas de direito do trabalho com reflexos previdenciários.....	111
3.8	Competência para julgar o dano moral previdenciário	114

3.9 Competência para julgar processos envolvendo Previdência Complementar.....	115
3.10 Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	116
Jurisprudência.....	117
Quadro-resumo	119
CAPÍTULO 4 – DO ACESSO À JUSTIÇA.....	121
4.1 A prioridade conferida à pessoa idosa	121
4.2 A gratuidade de justiça	122
4.3 Inclusão digital	123
CAPÍTULO 5 – DAS PROVAS	125
5.1 A garantia constitucional de ampla defesa e a amplitude da produção probatória	125
5.2 A apreciação do conjunto probatório pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário	128
5.3 Aspectos procedimentais: requisição das provas, dinamização do ônus probatório e recursos cabíveis	132
5.4 Provas em espécie no processo judicial previdenciário	137
5.4.1 Depoimento pessoal e confissão.....	140
5.4.2 Prova documental.....	141
5.4.3 Prova testemunhal.....	145
5.4.4 Prova pericial	147
5.4.5 Inspeção judicial.....	154
5.4.6 Fato notório e máximas de experiência.....	155
5.4.7 Prova da hipossuficiência econômica para concessão do BPC da Assistência Social.....	158
5.5 Prova emprestada da justiça trabalhista.....	160
Jurisprudência.....	165
CAPÍTULO 6 – DO MINISTÉRIO PÚBLICO	169
6.1 A atuação do Ministério Público no processo civil	169
6.2 A participação do Ministério Público nos processos judiciais previdenciários	171
6.2.1 Prerrogativas processuais do Ministério Público.....	172
6.2.2 Discussão sobre a nulidade processual por ausência de participação do Ministério Público	173

6.3	Ações coletivas.....	176
6.3.1	Algumas ponderações sobre a atuação do Ministério Público nas ações coletivas.....	176
6.3.2	As ações coletivas em matéria previdenciária.....	177
CAPÍTULO 7 – DA SENTENÇA E DA APELAÇÃO.....		179
7.1	Estrutura da sentença e das decisões judiciais	179
7.1.1	Do julgamento	181
7.1.2	Fato novo no curso do processo	186
7.2	Exigências para a devida fundamentação das decisões judiciais (art. 489, § 1.º).....	188
7.2.1	Impossibilidade de mera indicação, reprodução ou paráfrase de dispositivo legal	189
7.2.2	Utilização de conceitos jurídicos indeterminados.....	189
7.2.3	Descabimento da decisão-padrão.....	191
7.2.4	Fundamentação suficiente ou exauriente?	192
7.2.5	Descabimento da mera invocação de súmulas ou precedentes.....	193
7.2.6	Necessidade de realizar a adequada distinção ou superação dos precedentes no caso concreto.....	195
7.2.7	Fundamentação da decisão judicial no caso de colisão entre normas jurídicas.....	198
7.2.8	Vedação da fundamentação <i>per relationem</i>	199
7.2.9	Aplicabilidade do art. 489, § 1.º, do CPC, aos Juizados Especiais Federais	199
7.3	O reexame necessário nas ações previdenciárias	201
7.4	Fixação dos honorários advocatícios.....	206
7.5	Do recurso de apelação	209
	Jurisprudência.....	213
CAPÍTULO 8 – DA EXECUÇÃO.....		215
8.1	Dos precatórios.....	216
8.1.1	Aspectos gerais.....	216
8.2	Os precatórios na seara previdenciária	219
8.2.1	Evolução histórica dos precatórios em matéria previdenciária	219
8.2.2	A Lei 10.259/2001: criação dos RPV.....	222

8.2.3	A sistemática trazida pela Emenda Constitucional 62/2009: precatórios superpreferenciais.....	223
8.2.4	Alterações trazidas pela Emenda Constitucional 113/2021	225
8.2.4.1	Compensação de dívidas da Fazenda Pública com os valores a serem pagos em precatórios	225
8.2.4.2	Cessão de créditos de precatório e suas finalidades	227
8.2.4.3	Taxa Selic como critério de atualização monetária das condenações judiciais da Fazenda Pública	228
8.2.5	Alterações no regime de precatórios trazidas pela Emenda Constitucional 114/2021.....	228
8.2.5.1	Data para inclusão da condenação judicial do INSS nos precatórios judiciais.....	228
8.2.5.2	Parcelamento dos precatórios	229
8.2.5.3	Acordo com a Fazenda Pública e deságio no pagamento dos precatórios em atraso.....	230
8.3	Os precatórios complementares	231
8.4	Execução invertida.....	233
8.5	Excesso de execução	234
8.6	Critérios de atualização da dívida previdenciária.....	236
	Jurisprudência.....	239
CAPÍTULO 9 – AGRAVO DE INSTRUMENTO.....		243
9.1	Cabimento.....	244
9.2	Flexibilização do rol taxativo do agravo de instrumento (Tema 988 do STJ).....	247
9.3	Competência.....	249
9.4	Do processamento do agravo de instrumento nos tribunais....	249
	Jurisprudência.....	251
	Quadro-resumo	252
CAPÍTULO 10 – DO MANDADO DE SEGURANÇA.....		255
10.1	Concepção constitucional do mandado de segurança	255
10.2	O ato/fato impugnável em matéria previdenciária.....	256

10.3 Legitimidade ativa (impetrante).....	261
10.4 Legitimidade passiva/autoridade coatora	262
10.5 Liminar	265
10.6 Do Ministério Público	267
10.7 Do mandado de segurança preventivo.....	267
10.8 Do mandado de segurança coletivo.....	268
10.9 Trâmite.....	268
10.9.1 Competência	269
10.9.2 Petição inicial e decadência.....	270
10.9.3 Processamento.....	271
10.9.4 Dos recursos.....	272
10.10 Do mandado de segurança nos Juizados Especiais Federais...	272
10.10.1 Requisitos	272
10.10.2 Competência	273
Jurisprudência.....	273

CAPÍTULO 11 – RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO 275

11.1 Introdução aos recursos excepcionais (recurso especial e recurso extraordinário).....	275
11.2 Dos requisitos de admissibilidade.....	277
11.2.1 Da impossibilidade de reexame de provas	277
11.2.2 Do esgotamento das instâncias recursais ordinárias	279
11.2.3 Interposição conjunta dos recursos extraordinários e especial	280
11.2.4 Ofensa indireta à Constituição Federal.....	281
11.2.5 Dissídio jurisprudencial.....	283
11.2.6 Repercussão geral	284
11.2.7 Relevância da questão federal.....	285
11.3 Tramitação dos recursos extraordinário e especial.....	287
11.3.1 Efeitos dos recursos: devolutivo e suspensivo.....	287
11.3.2 Agravo contra inadmissibilidade dos recursos especial e extraordinário	288
11.4 Da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	290

11.4.1 Descabimento de recurso especial nos Juizados Especiais Federais	294
Jurisprudência.....	295
CAPÍTULO 12 – DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	297
12.1 Histórico.....	297
12.2 Competência dos Juizados Especiais Federais.....	298
12.3 Procedimento nos Juizados Especiais Federais.....	301
12.3.1 Aplicação subsidiária das normas dos Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/95) e do CPC.....	301
12.3.2 Da petição inicial	302
12.3.3 Das partes processuais.....	302
12.3.4 Da ciência dos atos processuais.....	303
12.3.5 Dos prazos processuais.....	304
12.3.6 Da representação judicial e da possibilidade de conciliação e transação	304
12.3.7 Da sentença e seu cumprimento.....	305
12.4 Das cautelares e dos recursos.....	306
12.4.1 Das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização.....	308
12.4.2 Dos recursos extraordinário e especial	311
Jurisprudência	311
CAPÍTULO 13 – AÇÃO RESCISÓRIA	313
13.1 Noções gerais	313
13.2 Hipóteses de cabimento.....	315
13.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do juízo.....	316
13.2.2 Juízo impedido ou juízo incompetente	316
13.2.3 Dolo e coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes	316
13.2.4 Violação à coisa julgada.....	317
13.2.5 Violação à norma jurídica	318
13.2.6 Prova falsa	319
13.2.7 Provas novas	321
13.2.8 Erro de fato	323

13.3 Processamento	324
13.3.1 Legitimidade	324
13.3.2 Petição inicial	325
13.3.3 Processamento e julgamento	326
13.3.4 Prazo para ajuizamento	329
Jurisprudência.....	329

PARTE III
ASPECTOS PRÁTICOS

MODELOS DE PEÇAS.....	333
BIBLIOGRAFIA	365